

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 676.330 - RJ (2015/0047426-5)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ODONTOCLÍNICA DOUTOR RAUL FIGUEIRA LTDA
AGRAVANTE : JOSE RAUL VIEIRA FIGUEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : ANA MARIA PEREZ LUCAS DE BARROS - RJ001545A
MYLENE DA SILVA VIEIRA E OUTRO(S) - RJ149910

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RECURSO QUE NÃO INFIRMA OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE NÃO ADMITIU O APELO NOBRE NA ORIGEM. INCIDÊNCIA DO ART. 932, III, DO NCPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

ODONTOCLÍNICA DOUTOR RAUL FIGUEIRA LTDA (ODONTOCLÍNICA) E JOSÉ RAUL VIEIRA FIGUEIRA (JOSÉ RAUL) propuseram ação revisional de contrato bancário contra o BANCO BRADESCO S.A. (BRADESCO).

O juízo de piso julgou parcialmente procedente a ação (e-STJ, fls. 826/831).

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo de BRADESCO e negou provimento ao apelo de CARLOS ALBERTO nos termos da seguinte ementa:

DIREITO CIVIL. Contratos bancários. Pleito de declaração de inexistência de débito. Sentença de procedência parcial. Recursos das duas partes. Laudos inconclusivos. Conversão do julgamento em diligência. Laudo atento à sentença. Conclusão de que mesmo após os expurgos lá determinados, ainda subsiste saldo devedor. Procedência parcial do primeiro recurso e negativa de provimento do segundo (e-STJ, fl. 988).

Os embargos de declaração opostos pelo BRADESCO e por ODONTOCLÍNICA E JOSÉ RAUL foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.010/1.014).

Inconformada, ODONTOCLÍNICA E JOSÉ RAUL interpuseram recurso especial com base na alínea *a* do permissivo constitucional, alegando ofensa aos

arts. 131, 183, *caput*, 435, 458, I e II e 535, II, do CPC/73; 6º, V e 51, IV, § 1º, II e III, do CDC; e, 4º, IX da Lei nº 4.595/64, sob os fundamentos de (1) negativa de prestação jurisdicional; e, (2) preclusão para o recorrido apresentar a taria documentação exigida para a perícia contábil (e-STJ, fls. 1.016/1.028).

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 1.032/1.041).

O apelo especial não foi admitido na origem sob os fundamentos de ausência de ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC/73 e incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 1.043/1.045).

ODONTOCLÍNICA, então, interpôs o presente agravo (e-STJ, fls. 1.049/1.062).

A contraminuta foi apresentada (e-STJ, fls. 1.065/1.074).

É o relatório.

DECIDO.

A insurgência não ultrapassa a barreira do conhecimento.

Vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Observa-se, da leitura das razões recursais, que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra todos os fundamentos da decisão agravada, pois CARLOS ALBERTO não infirmou todos os seus esteios, na medida em que não refutou de forma arrazoadada a incidência da Súmula nº 7 do STJ ao caso.

Na hipótese em que se pretende impugnar, no agravo em recurso especial, a incidência da Súmula nº 7 do STJ, deve o agravante não apenas mencionar que o referido enunciado deve ser afastado, mas também demonstrar que a solução da controvérsia independe de interpretação de cláusulas contratuais e do reexame dos

elementos de convicção dos autos soberanamente avaliados pelas instâncias ordinárias, não sendo suficiente a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

A obediência ao princípio da dialeticidade, exige dos agravantes o desenvolvimento de argumentação capaz de demonstrar a incorreção dos motivos nos quais se fundou a decisão agravada, técnica ausente nas razões dessa irresignação.

Nesse contexto, tendo sido apresentado em desacordo com os requisitos do art. 932, III, do NCPC, o recurso não se mostra viável.

A propósito, vejamos os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA QUE MANTEVE A INADMISSÃO DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE, QUE IMPÕE O ATAQUE ESPECÍFICO AOS FUNDAMENTOS. PLEITO DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO NÃO REBATIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORA AGRAVADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O agravo em recurso especial que objetiva conferir trânsito ao recurso especial obstado na origem reclama, como requisito objetivo de admissibilidade, a impugnação específica aos fundamentos utilizados para a negativa de seguimento do apelo extremo, ônus do qual não se desincumbiu a parte insurgente. Aplicação, por analogia, da Súmula 182/STJ.

3. [...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 964.429/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, DJe 16/9/2016 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DA DECISÃO AGRAVADA. ART. 544, § 4º, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.

1. Incumbe ao agravante infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo (art. 544, § 4º, I, do CPC).

2. [...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 238.064/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS

BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 18/8/2014 - sem destaque no original)

Nessas condições, nos termos do art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este julgado estará sujeito ao possível cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro **MOURA RIBEIRO**

Relator

